

SUMÁRIO

Capítulo I – TEORIA GERAL DO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO.....	19
1.1. Conceito. A sociedade internacional e suas características	19
1.2. Terminologia.....	21
1.3. Desenvolvimento histórico do Direito Internacional.....	21
1.4. Soberania e a atuação do Direito nas relações internacionais.....	25
1.5. Princípios que regem as relações internacionais do Brasil	26
Capítulo II – RELAÇÃO ENTRE O DIREITO INTERNACIONAL E O DIREITO INTERNO.....	31
2.1. Como o Direito Interno vê o Direito Internacional. Como o Direito Internacional vê o Direito Interno. Correntes doutrinárias	31
2.2. A Constituição brasileira e o Direito Internacional.....	33
Capítulo III – FONTES DO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO	41
3.1. Introdução	41
3.2. Costume internacional	43
3.3. Princípios gerais.....	45
3.4. Jurisprudência.....	46
3.5. Doutrina	47
3.6. Equidade.....	48
3.7. Atos unilaterais dos Estados.....	48
3.8. Atos de organizações internacionais.....	49

3.9. Normas de <i>jus cogens</i>	51
3.10. Obrigações <i>erga omnes</i>	52
3.11. <i>Soft norms</i>	54
Capítulo IV – TRATADOS INTERNACIONAIS	57
4.1. Terminologia	57
4.2. Classificação	58
4.3. Negociação e competência negocial.....	60
4.4. Vícios do Consentimento	62
4.5. Procedimento. Reservas. Entrada em vigor. Registro e Publicidade.....	64
4.6. Efeitos sobre terceiros	67
4.7. Interpretação	68
4.8. Conflito entre tratados e com as demais fontes.....	69
4.9. Interpretação dos tratados no âmbito internacional e no âmbito nacional. Controle de convencionalidade de matriz internacional e de matriz nacional	70
4.10. Diálogo entre os órgãos judiciais nacionais e internacionais. Conflito entre decisão nacional e internacional	72
4.11. Modalidades de Extinção	73
Capítulo V – SUJEITOS DE DIREITO INTERNACIONAL	77
5.1. Estado.....	77
5.1.1. Introdução	77
5.1.2. Classificação	78
5.1.3. Elementos constitutivos	79
5.1.4. Direitos e deveres dos Estados	85
5.1.5. Autodeterminação dos povos.....	85
5.1.6. Reconhecimento de Estado e de Governo.....	89
5.1.7. Sucessão de Estados.....	95
5.1.8. Dívidas estatais e garantia de credores no direito internacional	101
5.1.9. Imunidades de jurisdição e de execução	103
5.2. Organização Internacional.....	106

5.2.1.	Aspectos introdutórios e evolução	106
5.2.2.	Características	107
5.2.3.	Espécies e finalidades	110
5.2.4.	Regime jurídico.....	112
5.3.	Santa Sé.....	113
5.3.1.	Prerrogativas e imunidades no Brasil.....	115
5.4.	Organização das Nações Unidas	118
5.4.1.	Desenvolvimento e principais órgãos	118
5.5.	Organizações regionais das Américas	133
5.6.	Indivíduo no Direito Internacional. Subjetividade jurídica controvertida	136
Capítulo VI – ASILO E REFÚGIO		139
6.1.	Introdução	139
6.2.	Definição.....	140
6.3.	Princípio <i>non-refoulement</i> (proibição de rechaço/não devolução).....	141
6.4.	Motivos de perseguição	142
6.5.	Procedimento do pedido de refúgio no CONARE e sindicabilidade do ato administrativo que concede/denegada a condição de refugiado.....	144
6.6.	Diferenças entre asilo e refúgio	145
Capítulo VII – DIREITO INTERNACIONAL HUMANITÁRIO		149
7.1.	Introdução	149
7.2.	Definição.....	150
7.3.	Categorias de normas protetivas	151
7.4.	Comitê Internacional da Cruz Vermelha	154
7.4.1.	Funções	155
7.4.2.	Natureza jurídica.....	155
7.4.3.	Acordo de sede e imunidades	155
7.4.4.	Finalidades e funções de acordo com as Convenções de Genebra de 1949 e com os Protocolos I e II de 1977	158
7.5.	Conflitos internacionais e conflitos não-internacionais.....	158

7.5.1. Art. 3º comum às quatro Convenções de Genebra. Condições para a aplicação do Protocolo II de 1977.....	159
7.5.2. Convergências entre as garantias mínimas aplicáveis a conflitos não-internacionais e o regime de derrogações excepcionais do art. 27 da Convenção Americana de Direitos Humanos e do art. 4º do Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos.....	161

Capítulo VIII – IMUNIDADES DIPLOMÁTICAS E CONSULARES..... 165

8.1. Introdução.....	165
8.2. Imunidade pessoal e real.....	169
8.3. A imunidade dos Estados: imunidade de jurisdição e de execução.....	172
8.4. Imunidade de ex-chefes de Estado.....	175

Capítulo IX – RESPONSABILIDADE INTERNACIONAL DO ESTADO POR VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS..... 177

9.1. Introdução. Histórico. Regime das obrigações objetivas.....	177
9.2. Antecedentes históricos da responsabilidade internacional por violação de direitos humanos.....	178
9.3. A responsabilidade internacional do Estado como obrigação secundária.....	182
9.4. Responsabilidade penal do Estado: aspectos controvertidos. Relação entre responsabilidade internacional do Estado e responsabilidade internacional penal do indivíduo.....	183
9.5. Elementos da responsabilidade internacional por violação de direitos humanos.....	184
9.6. Atribuição de atos a órgãos de Estado.....	185
9.7. O requisito do esgotamento prévio dos recursos internos.....	190
9.8. Excludentes de ilicitude.....	191
9.9. Regime jurídico da reparação: <i>restitutio in integrum</i> , cessação do ilícito, satisfação, indenização, garantias de não-repetição.....	194
9.10. Direito de autotutela: sanções, sanções “inteligentes”, contramedidas, retorsão e represálias. O tratamento jurídico internacional da intervenção humanitária unilateral e coletiva.....	197

Capítulo X – SOLUÇÃO PACÍFICA DE CONTROVÉRSIAS.....	209
10.1. Solução pacífica de controvérsias.....	209
10.2. Conceito.....	210
10.3. Instrumentos não jurisdicionais.....	210
10.3.1. Negociação.....	210
10.3.2. Bons ofícios.....	211
10.3.3. Mediação.....	213
10.3.4. Investigação ou inquérito	213
10.3.5. Conciliação	214
10.4. Instrumentos jurisdicionais	214
10.4.1. Arbitragem internacional pública	215
Capítulo XI – DIREITO INTERNACIONAL PENAL	219
11.1. Introdução	219
11.2. Direito Internacional Penal e Direito Penal Internacional: divergências e convergências	220
11.3. Implementação direta e indireta do Direito Internacional Penal	220
11.3.1. Implementação indireta: a jurisdição universal.....	221
11.3.1.1. Conceito, limites e controvérsias	221
11.3.1.2. Tipos de aplicação extraterritorial da lei nacional	223
11.3.2. Implementação direta: os tribunais penais internacionais ...	224
11.3.2.1. Gerações de tribunais penais internacionais	225
11.3.2.2. Primazia da jurisdição penal internacional e princípio da complementariedade.....	227
11.3.2.3. Dever de cooperar com os tribunais internacionais.....	228
11.3.2.4. O Tribunal Penal Internacional	230
11.3.2.4.1. Limites à jurisdição: <i>ratione personae</i> , <i>ratione loci</i> e <i>ratione temporis</i>	231
11.3.2.4.2. Poderes do Conselho de Segurança da ONU sobre a jurisdição do Tribunal Penal Internacional	231
11.4. Crimes internacionais: conceito e classificação. Dever de perseguir e pretensão punitiva da comunidade internacional.....	233

11.4.1. Crimes contra a humanidade ou de lesa humanidade....	235
11.4.1.1. Origem costumeira e definição.....	235
11.4.1.2. Imprescritibilidade	236
11.4.1.3. Elementos constitutivos: ataque à população civil, extensão, sistematicidade, fator político...	238
11.4.2. Crimes de guerra e graves violações às Convenções de Genebra.....	240
11.4.2.1. Definição.....	240
11.4.2.2. Imprescritibilidade	242
11.4.2.3. Competência para processar e Investigação pelo Comitê Internacional da Cruz Vermelha.....	242
11.4.3. Genocídio	243
11.4.3.1. Conceito.....	243
11.4.3.2. Natureza e incorporação no ordenamento jurídico brasileiro.....	245
11.4.3.3. Competência para seu processo e julgamento	246
11.4.4. Crime de agressão.....	248
11.5. Tortura	249
11.5.4.1. Definições do art. 1º da Convenção da ONU contra a Tortura de 1984 e do art. 2º da Convenção Interamericana contra a Tortura: convergências e divergências.....	251
11.6. Desaparecimento forçado.....	253
11.6.1. Definição.....	254
11.6.2. Crime de <i>jus cogens</i>	256
11.6.3. Normativa internacional.....	257
11.6.4. Imprescritibilidade	260
11.7. Guerra contra o terror	263
11.7.1. Conceito de terrorismo. Atos de terror.....	263
11.7.2. “Combatentes ilegais”.....	267
11.7.3. Repressão internacional ao financiamento de atividades terroristas	268
Capítulo XII – POVOS INDÍGENAS E O DIREITO INTERNACIONAL	271

12.1. Introdução	271
12.2. A Convenção nº 169 da OIT	271
12.3. Principais aspectos da Convenção nº 169 da OIT	272
12.4. A Declaração da ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas de 2007	278
12.5. A Declaração Americana sobre os Direitos dos Povos Indígenas de 2016	279
Capítulo XIII – REPRESSÃO INTERNACIONAL AO TRABALHO ESCRAVO	281
13.1. Histórico, base normativa e conceito de trabalho escravo contemporâneo	281
Capítulo XIV – DIREITO INTERNACIONAL DO MAR	289
14.1. Introdução	289
14.2. Mar Territorial	290
14.2.1. Direito de passagem inocente	292
14.3. Zona Contígua	293
14.4. Plataforma Continental	293
14.5. Zona Econômica Exclusiva	294
14.6. Delimitação de fronteiras marítimas	294
14.7. Estreitos e canais	296
14.8. Ilhas e arquipélagos	297
Capítulo XV – ESPAÇOS GLOBAIS COMUNS.....	299
15.1. Princípios.....	299
15.2. Patrimônio Comum da Humanidade.....	301
15.3. Alto-mar	302
15.4. Fundos Marinhos	305
15.5. Antártica	306
15.6. Ártico	307
15.7. Espaço Sideral	307
ÍNDICE DE CASOS INTERNACIONAIS.....	311
BIBLIOGRAFIA.....	315